

ADUNIOESTE**SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE**
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)www.adunioeste.org.br**PROJETO DE LEI SOBRE O TIDE DOCENTE VOLTA
A SER DISCUTIDO JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL**

No último dia 8 de maio (terça-feira) foram realizadas duas reuniões com o governo estadual, em Curitiba, para tratar do Tide Docente.

1. Reunião da governadora Cida Borghetti com deputados da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Estaduais do Paraná. A reunião aconteceu no Palácio Iguaçú. Tal reunião foi solicitada pelo deputado Turini, Coordenador da Frente Parlamentar. A governadora Cida Borghetti recebeu, a partir das 13h30, os deputados Turini, Evandro Araújo, Márcio Pacheco, Pércles Melo e Professor Lemos. Os deputados apresentaram, inicialmente, as reivindicações dos servidores docentes e técnicos das universidades: revisão anual de salários (Data-base) e Tide Docente. Quanto à revisão anual de salários, a governadora informou que solicitou um estudo para o novo secretário da Fazenda, José Luiz Bovo. Em relação ao Tide Docente, a governadora afirmou que já foi informada do problema e que, no prazo de 10 (dez) dias, pretende apresentar uma resposta à reivindicação: se irá enviar ou não o Projeto de Lei à Assembleia Legislativa (Alep), elaborado pela SETI desde maio de 2016, que afasta qualquer interpretação da lei nº 11.713/1997 que procure descaracterizar o Tide como regime de trabalho docente. A Diretoria da Adunioeste conversou com o deputado Turini, no final da tarde de ontem (09/05), a respeito da reunião realizada no Palácio Iguaçú.

De acordo com o Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Estaduais do Paraná, deputado Turini: *“A reunião sinaliza a retomada do diálogo pelo governo nos temas do funcionalismo. A governadora informou que sua equipe já analisa os assuntos. A receptividade dela foi boa, demonstrou preocupação com as demandas dos servidores e das universidades”*.

2. Reunião dos representantes dos sindicatos (unificados e de docentes) com o Líder do Governo na Alep, deputado Pedro Lupion. A reunião aconteceu no gabinete da Liderança do Governo na Alep, a partir das 16h30, e foram discutidos os seguintes assuntos: **a) Tide Docente.** O Líder do Governo afirmou que tal assunto será tratado como uma prioridade junto à governadora Cida Borghetti. Solicitou um prazo para analisar o projeto de lei, elaborado pela Seti no ano passado, em conjunto com o novo secretário da Fazenda e o novo secretário da Seti, prof. Décio Sperandio. O Líder do Governo se comprometeu, ainda, a agendar uma reunião dos sindicatos com a governadora do estado para tratar do Tide Docente. **b) Revisão anual de salários (Data-base).** O deputado Pedro Lupion, afirmou que o governo está estudando a possibilidade de apresentar uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) retirando o artigo que impede a concessão de reajustes em 2019. Entretanto, por enquanto, a Secretaria de Fazenda está estudando o impacto de tal emenda. Não há, ainda, um posicionamento de tal secretaria. **c) Contratação de servidores docentes e técnicos para as universidades.** O Líder do Governo afirmou que precisa se informar melhor a respeito de tal assunto. Entretanto, acredita que é pouco provável que tais contratações ocorram neste ano.

PARA ENTENDER O PROBLEMA DO TIDE DOCENTE

Em junho de 2016 o Tribunal de Contas, por meio do Acórdão nº 2847/2016, passou a considerar que o Tide docente *“possui natureza jurídica de verba transitória e contingente, e deverá ser incorporada aos proventos de inatividade proporcionalmente ao tempo de em que sobre ela houve efetiva contribuição.”* Por conta de tal entendimento, os docentes, não teriam direito a incorporar integralmente o Tide aos proventos da aposentadoria. A partir de então, o processo de aposentadoria de centenas de docentes estão “engavetados” aguardando a solução de tal problema. Além disso, se a interpretação do Tribunal de Contas for estendida aos docentes da ativa poderá ocorrer redução salarial de aproximadamente 30% para tais docentes. A solução para tal problema seria a aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto de Lei, elaborado pela Seti, que afastaria a interpretação do Tribunal de Contas que descaracteriza o Tide Docente como Regime de Trabalho.